

Os italianos: imigração e colonização

Gelson Leonardo Rech *
Terciane Ângela Luchese **
Vânia Beatriz Merlotti Herédia ***

As paisagens da Serra Gaúcha guardam, nas suas construções, na organização dos espaços e no cotidiano das pessoas, resquícios de tempos pretéritos. São parte do patrimônio material e imaterial, de práticas culturais que, na dinâmica do tempo, guardam vínculos com o passado, aquele que nos convida a conhecer o final do século XIX, quando levas numerosas de imigrantes estrangeiros desembarcavam de paquetes e embarcações em busca de melhores condições de vida no Brasil.

Foi entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX que o fenômeno migratório movimentou milhares de europeus em direção à América.

As transformações decorrentes da expansão capitalista e as novas formas de produção e de trabalho construíram as condições para a acentuação do processo de migração. No caso italiano, as guerras pela Unificação não podem ser desconsideradas. Analisando a emigração de trentinos, Grosselli (1987, p. 91) afirma que

Nos anos posteriores a 1873 os acontecimentos referentes ao fenômeno migratório se precipitaram. O “sonho americano” se espalhou como óleo sobre água [...]. Os jornais falavam dele, o povo discutia, os agentes das várias companhias penetravam sempre mais fundo nos vales trentinos e, sobretudo, muita gente, sempre mais gente, tomava a decisão de ir-se embora.

Partir, migrar, sonhar com um futuro promissor foram ações que se difundiram, e “A América era vista como possibilidade de mudança radical e para melhor, da vida dificultosa de todos os dias, uma catarse que teria podido zerar as desgraças quotidianas para recolocar tudo sobre a bitola do otimismo” (Grosselli, 1987, p. 91).

O sonho da América e de melhores condições de vida moveu famílias inteiras.

No caso brasileiro, os imigrantes foram considerados necessários para a substituição da escravidão, a colonização de terras devolutas e o trabalho no comércio e nas nascentes atividades industriais.

A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul recebeu um número considerável de imigrantes, sendo predominantes aqueles saídos da península itálica, especialmente entre os anos de 1875 e 1914. Pesavento (1994, p. 55), analisando a situação gaúcha, afirma que se buscava neutralizar o “poder da oligarquia regional” e que existia “a perspectiva da diversificação da estrutura produtora, contribuindo para o abastecimento interno do país e amenizando o desnível da balança comercial causado pelo grande peso das importações de alimentícios”.



Travessia de imigrantes em trecho do rio Caí, final do século XIX. Autoria desconhecida. Doação: Venus Brunetta Gazola. Acervo: AHMISA.

Desse modo, em 1870, por ato de 24 de maio, o Presidente da Província João Sertório criou as colônias Conde d’Eu e Dona Isabel numa área de 32 léguas cedidas pelo Governo Imperial. Nesse mesmo ano, determinou ao Major Palmeiro a responsabilidade de discriminar, medir e demarcar lotes nas colônias Dona Isabel e Conde d’Eu. Em 1875, foi criada a colônia Fundos de Nova Palmira, posteriormente denominada Caxias. Nos anos seguintes, outros núcleos foram criados pelo Governo Provincial, e, dentre aqueles que receberam imigrantes italianos, podemos mencionar: Silveira Martins (1877), Alfredo Chaves (1884), Antônio Prado (1887), Barão do Triunfo (1888), Mariana Pimentel (1888), Jaguari (1889), Guarani (1889), Ijuí (1890), Marquês do Herval (1891), Guaporé (1892) e diversas outras. Como informa Manfroi (1975), a colonização italiana foi direcionada, inicialmente, para as quatro primeiras colônias: Conde d’Eu, Dona Isabel, Caxias e Silveira Martins, além daquelas que permaneciam em núcleos

urbanos e na capital. Mas as contínuas levas que entraram em solo gaúcho, somadas às elevadas taxas de natalidade dos já estabelecidos, foram promovendo a ocupação nas colônias que se criavam e nos seus entornos, prosseguindo rumo à margem meridional do Planalto, ao Leste e ao Noroeste gaúcho. Mas o Sul também contou com a presença de imigrantes italianos, especialmente Pelotas e Rio Grande, como informou o cônsul Ciapelli (2016).

A despeito da divergência de informações estatísticas, De Boni e Costa (1984, p. 66-68) afirmam que de 1875 a 1914 “entraram no Rio Grande do Sul entre 80 e 100 mil italianos”, constituindo-se no grupo mais numeroso de colonos entrados no Rio Grande do Sul.

O cônsul Ciapelli (2016) informa em seus relatórios que a entrada de imigrantes no Rio Grande do Sul era proveniente de três movimentos principais: os oriundos da península, os que haviam se estabelecido em outras províncias brasileiras e os que reemigravam vindos da Argentina ou do Uruguai. De outro lado, pontua sobre a dificuldade de acompanhar as trajetórias e os números de imigrados, pois alguns se estabeleciam no Rio Grande do Sul e daqui, sem maiores avisos, saíam em busca de novas oportunidades. Indica Chile e Argentina como destinos prediletos dos que reemigravam do estado. Para acompanharmos os movimentos imigratórios no Rio Grande do Sul, observa-se o Quadro 1:

Quadro 1 – Imigrantes italianos entrados no Rio Grande do Sul.

Ano	Nº de imigrantes	Ano	Nº de imigrantes	Ano	Nº de imigrantes
1882	3.205	1893	1.503	1904	293
1883	3.735	1894	424	1905	247
1884	1.345	1895	978	1906	449
1885	7.600	1896	917	1907	239
1886	2.352	1897	690	1908	355
1887	4.362	1898	989	1909	397
1888	4.241	1899	1.070	1910	425
1889	7.578	1900	745	1911	657
1890	2.765	1901	631	1912	467
1891	9.440	1902	359	1913	477
1892	7.523	1903	305	1914	230

Fonte: para os anos de 1882 a 1888 e 1906 a 1914, Cenni (2003, p. 174-175); para os anos de 1889 a 1905, Ciapelli (2016).

A entrada de imigrantes italianos, em taxas mais elevadas até 1895, mesmo com a Revolução Federalista, é maior em virtude do pagamento das passagens e das vantagens obtidas pelo tutelamento. Conforme refere Cenni (2003, p. 175), “mesmo não alcançando os setenta mil, os italianos recebidos nos 33 anos que medeiam 1882 e 1914 representaram quase a metade do contingente

imigra-tório do Rio Grande do Sul. Faltam elementos correspondentes aos sete primeiros anos, de 1875 a 1881, que fonte alguma registra”. Em poucos anos, as colônias foram elevadas à condição de municípios, alterando o mapa gaúcho.

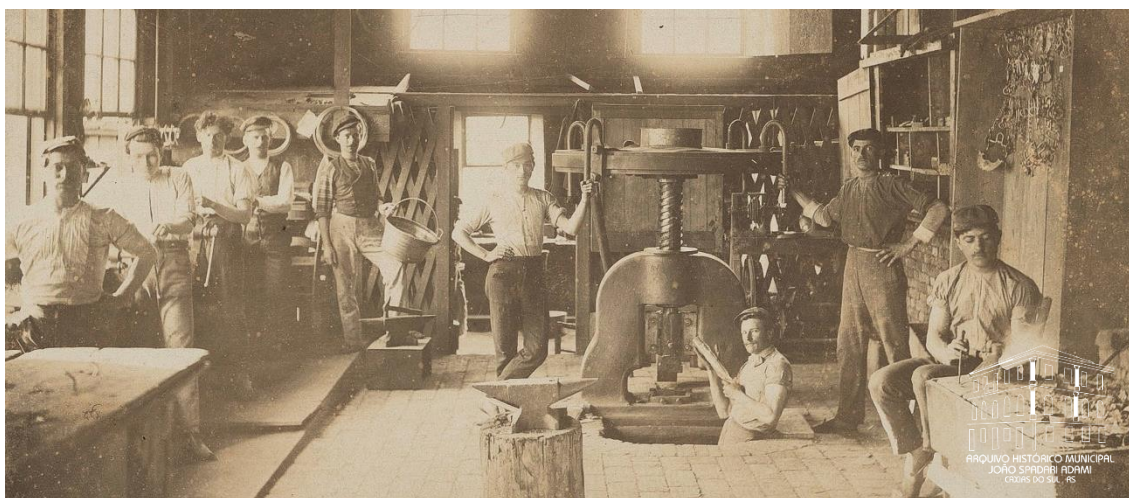
De acordo com Constantino (1991), Porto Alegre, como capital administrativa e principal centro comercial do estado, sempre exerceu atração para estrangeiros. De igual forma atraiu italianos, cujas evidências de presença podem ser encontradas nos livros paroquiais e, mais do que isso, nos livros de registro de batismo, que permitem concluir relativa fixação, visto que alguns indivíduos batizaram vários filhos, sobretudo a partir da década de 1840. Registra-se que a capital do Rio Grande do Sul teria, em 1893, “cerca de 6.000 habitantes italianos e este número representa aproximadamente 10% da população total da cidade” (Constantino, 1991, p. 59), chegando a 10.000 no início da década de 1910. Esses imigrantes eram prioritariamente meridionais da Província de Cosenza, especialmente do município de Morano Calabro.

Os imigrantes saídos da península itálica que adentraram e ocuparam diferentes espaços em solo gaúcho foram se constituindo como italianos.

Os que habitaram colônias, mas também aqueles que passaram a viver em áreas urbanas, ao se confrontarem com o “outro” – brasileiro ou imigrante de outras nacionalidades –, foram sendo nominados italianos e identificando-se como tal. Em muitos momentos acabaram unindo-se, seja pelas dificuldades cotidianas, pela ausência de serviços e infraestrutura ou pela defesa de seus interesses na condição em que estivessem – como operários, agricultores, comerciantes... Essa formação de comunidades “italianas”, baseadas em laços étnicos, pode ser exemplificada com a construção de capelas, associações de mútuo socorro e escolas. Muitos, deparando-se com condições geográficas diferenciadas daquelas que estavam habituados, precisaram adaptar-se e enfrentar o desafio de ocupação dos lotes, desmatando e erigindo suas novas habitações.

A ocupação das colônias da Serra, em fins de 1875, ocorreu com a chegada de famílias de imigrantes, casais, jovens, crianças e idosos, a maioria saída do Norte da península itálica. Ao chegar, eram abrigados em um barracão e, em poucos dias, encaminhados para os lotes pelos quais pagariam quase duas décadas depois. Na gleba de terras, cada família, tendo recebido uma pequena ração (porção de alimentos) e algumas ferramentas, abrigava-se provisoriamente e, aos poucos, iniciava o desmatamento de uma área, a construção da casa e o plantio. Muitos desses imigrantes também foram empregados pelas Comissões de Terra na abertura de estradas e, com tal trabalho, receberam um valor que os sustentou nos primeiros tempos.

O desenvolvimento das colônias no Nordeste do Rio Grande do Sul foi rápido, marcado por uma expectativa de prosperidade. Havia muitas dificuldades, mas também muitas esperanças de transformação. Quando chegaram aos lotes coloniais, por meio de muitos esforços, acreditaram no futuro e, apesar dos obstáculos enfrentados, foram vencedores.



Fábrica de Abramo Eberle, 1914. Acervo: AHMISA.

A busca por sustentabilidade foi marcada por distintas ações: o desmatamento e o plantio; a venda dos produtos coloniais; a especialização manual da produção; a fundação de oficinas e pequenos negócios; e a organização da indústria.

Os imigrantes que se instalaram nessa região muito trabalharam e acreditaram no seu resultado. Um dos seus atributos marcantes foi a capacidade de poupar, de valorizar aquilo que tinham e garantir a manutenção e o sustento de sua prole.

A atividade agrícola nos núcleos coloniais foi promotora do desenvolvimento econômico no estado, a partir da Lei de Terras de 1850. Nas áreas rurais desses núcleos, a família teve papel determinante no processo produtivo, marcado pelo acesso à pequena propriedade e pela presença de mão de obra familiar. Dono da terra, o imigrante torna-se “proprietário dos meios de produção – seu lote de terras –, mas suplementa seus rendimentos com fornecimentos periódicos de trabalho acessório” (Pesavento, 1983, p. 26).

A inserção do imigrante na economia rio-grandense se dá por meio das atividades agrícolas e do trabalho de todos os membros da família. Os que chegaram à zona colonial não dispunham de muitos recursos, e o número da prole era elevado. Diz Mem de Sá (1950, p. 90): “Planta e colhe quase tudo de que

necessita para a sua subsistência, como se tivesse a preocupação da autossuficiência. Vende os excedentes do consumo doméstico [...]. Vive modestamente, quase sem conforto, mas tem a mesa farta”.

Em uma carta, Michele Madalosso, emigrante vicentino, escrita em outubro de 1876 para a família, após descrever a colônia, registra: “Diga à mãe que venha também, pois eu ficaria muito feliz em vê-la aqui comigo, e não há perigo algum na viagem. Tragam com vocês as ferramentas necessárias à cultura da terra e toda a espécie de semente e de videiras” (Stolz, 1997, p. 98). Madalosso já anunciava o que ocorreria com o plantio das uvas e das vinhas, uma atividade que se tornaria centenária na região.

Outra carta, esta de 1884, que trata do plantio de parreiras é de Paolo Rossato, que escreve à família e confirma o que havia ouvido da fertilidade do solo: “É verdade, o que diziam, que com poucas videiras fazem muitos barris de vinho, porque não plantam as vinhas pelos campos, como na Itália. Plantam-nas próximo à residência. E vocês nem imaginem como uma vinha cresce, aqui em três anos” (Stolz, 1997, p. 102).



Aos poucos, as atividades diversificaram-se e passaram a multiplicar-se os pequenos artesanatos nas linhas e travessões. Vale destacar que, na sede dos

núcleos, instalaram-se funcionários públicos, comerciantes de origem portuguesa e até mesmo fazendeiros dos Campos de Cima da Serra, muitos deles responsáveis pelo impulso dado às atividades comerciais e manufatureiras das colônias. Em poucos anos, era possível obter-se uma variedade de produtos no comércio local. A atividade comercial possibilitou o acúmulo de capitais que, posteriormente, favoreceu a industrialização regional. Os agricultores entregavam seus excedentes agrícolas aos comerciantes da linha ou do travessão onde moravam em troca de outros produtos. Os comerciantes, por sua vez, enviavam os produtos coloniais para as casas de comércio maiores, na cidade, que os transportavam para centros consumidores, como Porto Alegre.

Formaram-se pequenas comunidades. Construíram casas melhores com uso de materiais locais – basalto e araucária –, predominantemente, além das capelas, dos cemitérios, das escolas e das atividades comerciais e manufatureiras que foram emergindo. O dia a dia daquelas famílias de imigrantes ia sendo vivido em meio a carências e dificuldades, mas também com o sonho de posse da terra como elemento motivador e propulsor de tempos futuros promissores.

É importante salientar que a criação de municípios como Caxias e Bento Gonçalves em 1890 e Garibaldi em 1900, por exemplo, permitiu a intensificação da urbanização e da industrialização bem como promoveu melhorias nas estradas, construção de pontes e pontilhões, aberturas de vias nas zonas rurais, normatizações sobre a organização do perímetro urbano, cobrança de impostos e organização de códigos de postura. Passaram a ocupar-se também de questões até então pouco mencionadas: abastecimento de água potável na vila, recolhimento de lixo e cabungos. Assuntos como higiene e salubridade local, educação, segurança, iluminação pública e desenvolvimento econômico passaram a ser discutidos e projetos encaminhados pelos políticos locais. Com a instalação de agências bancárias, o incremento na publicação de jornais, a fundação de clubes e cinemas e a construção de praças, os espaços urbanos modernizavam-se.

Organizados pelas sociedades recreativo-culturais ou mesmo por grupos de amigos, havia piqueniques, maratonas (inclusive com percursos entre os municípios)², bailes e até carnavais. Apresentações de peças teatrais e de artistas ambulantes que faziam mágicas bem como espetáculos de fantoches eram também frequentes. Ainda como espaços de sociabilidade existente na sede ou nas capelas, havia os cafés, as confeitarias, os cinemas, as livrarias, as praças e os passeios públicos.

Os hábitos que haviam trazido da Itália foram recriados aqui no nosso país. Essa reinvenção nos ajuda a entender o espírito do empreendedorismo, da criatividade e do associativismo presente na cultura italiana.

O caso da vitivinicultura é exemplo dessa afirmação. Os emigrantes transformaram seu produto no mais importante gênero de exportação e se movimentaram para defender a qualidade desse produto por inúmeras iniciativas, em parceria com o Estado e com os produtores.

A obra da colonização foi exitosa, e estiveram presentes na cultura da região princípios básicos de vida e valores, tais como: o trabalho, o amor à vida, o amor à família, o respeito ao trabalho, o sentimento religioso e o culto à propriedade. A formação e a transmissão dos valores que são a base dos comportamentos – que aparecem na vida da colônia italiana nessa região – provêm da existência de uma série de instituições básicas que foram trazidas na bagagem cultural dos imigrantes e, pela sua importância, mantidas vivas nas estruturas que se originaram na nova terra.



Família Boff, em Ana Rech, 1904. Autoria: Domingos Mancuso. Doação: Francisco Fortuna. Acervo: AHMJSA.

Destacam-se valores como o da família, da religião e do trabalho, que foram fundamentais para a integração na sociedade pelos imigrantes.

Esses valores foram alicerce de consciência coletiva, presente nas práticas culturais dessa região.

A família é, certamente, “uma dessas instituições, que sobreviveu aos períodos históricos e que foi a base da transmissão dos valores humanistas” (Herédia, 2003, p. 61). Esses valores reunidos, cada qual com sua sabedoria, ajudaram os imigrantes a construir sua cultura e sua identidade. Muitos deles não tinham passado anos na escola formal nem conheciam o que os pensadores de sua pátria – e mesmo os pensadores de outras pátrias – diziam sobre o homem e a natureza humana. A forma de pensar, de agir e de sentir desses imigrantes era resultado da sua vida em grupo e do que apreenderam na luta por sobrevivência na sociedade de origem. A experiência de partida impunha a reflexão sobre o que estavam deixando e a recepção que esperavam na nova cultura. Portanto, a família como instituição social foi um dos elementos que contribuiu para a manutenção do sistema social como transmissora da cultura. Por meio da cooperação, essa instituição estabelece regras baseadas no bem comum, voltadas para a conservação de seus membros e a reprodução do grupo.

Na educação de crianças e jovens, a família, as práticas religiosas e a escolarização foram centrais. Os imigrantes e seus descendentes desejavam a escola, valorizando a aprendizagem das noções básicas de ler, escrever e contar.

A abertura de escolas e a preferência por escolas públicas, gratuitas e com ensino de português foram centrais. Além de escolas públicas, coexistiram escolas com marcas étnicas, ditas italianas, além das diversas e importantes escolas confessionais.

A religião foi um dos elementos de identidade cultural cujo desafio da etnia se resolveu pela experiência religiosa e suas tradições. A força da religiosidade, expressa por meio do catolicismo, tem a ver com a presença da Igreja Católica desde a formação dos núcleos coloniais e com o papel que a religião desempenhou na integração cultural dos grupos imigrantes.



Romaria à igreja de N. S. de Caravaggio. Acervo: AHMISA.

Tal prática foi o elemento aglutinador das diferenças culturais trazidas por esses europeus, à medida que mantiveram seus costumes, suas tradições e seus dialetos na nova pátria. A integração se deu em vários locais, principalmente na organização social. A capela foi um polo de convergência social, local de encontro, de fortalecimento de esperanças, de consolo e, principalmente, de integração. Fez parte do processo cultural. A oração, as rezas e as principais devoções fortaleceram o espírito associativo e estimularam a solidariedade entre os grupos. Era também uma forma de reproduzir as tradições e os costumes dos pais e dos avós que permaneceram na Itália.

Outro valor fundamental presente na cultura da região foi o trabalho, elemento forte na construção identitária do desenvolvimento da cultura e da região, cuja experiência de transformação da natureza e seu resultado deram condições para a emancipação e a liberdade dos emigrados.

A criação produzida pelo homem os fez reconhecer a capacidade que possuíam, e esse reconhecimento afetou o conjunto da vida em sociedade. Tal condição lhes deu um status social diferenciado dos demais que estavam instalados na colônia e foi um elemento forte na construção do sentimento de pertença e da identidade. Foi também uma forma de integração entre aqueles que se colocavam na mesma situação e, pela coesão social e pela vivência anterior, compreendiam a formação da nova sociedade, utilizando o conhecimento adquirido e reconhecendo o espaço que lhes abriria a experiência.

Os imigrantes sabiam o valor da terra (ser proprietários) e a importância do trabalho na construção da sobrevivência e do patrimônio, porque era a condição da mobilidade. O imigrante italiano passou a ser símbolo do trabalho. Diante de suas condições históricas, precisou enfrentar muitas dificuldades como imigrante desde a saída da terra natal, com as viagens, a perda de familiares, a solidão daqueles que partiram sem família, as humilhações enfrentadas nos alojamentos, a falta de cuidados em saúde e de alimentos e as longas e árduas caminhadas até a “terra prometida”. O valor atribuído ao trabalho mostrava a garra que possuía, e a vontade de ultrapassar os limites que conhecera no passado lhe permitiu vencer a miséria e a fome. Tinha ciência de que o trabalho era a única possibilidade de sobreviver, então enfrentou a terra desconhecida com a força de seus músculos, o que se tornou, inclusive, condições de realizar a epopeia (Zagonel, 1975).

Lembramos novamente o relato do emigrante Paolo Rossato, quando recomenda aos parentes que viriam ao Brasil que trouxessem instrumentos para o trabalho na colônia, como podões, enxadas, cutelos, machados, serras e diversos

utensílios de carpintaria rural. Pedia também uma espingarda, sela, brida e arreios. Mal sabia Rossato que, anos depois, os próprios imigrantes fabricariam esses objetos que beneficiariam o desenvolvimento da colônia. O trabalho de Gigia Bandera, Abramo Eberle, Francisco Rossi e Amadeo Rossi, entre outros, deu condições para os seus conterrâneos disporem desses equipamentos para o trabalho na terra.

A História nos mostra que esses pioneiros foram realmente criativos, pois reinventaram as condições conforme suas necessidades, deram sustentabilidade à produção e tornaram-se donos de seus destinos.

Superaram as barreiras e transformaram o imaginário da emigração em vitórias, eles venceram. Na paisagem que hoje persiste, especialmente nas áreas rurais, entrecruzam-se tempos longínquos que nos lembram da colonização e dos tempos sucessivos em que os descendentes de imigrantes e os novos migrantes foram chegando, em meio a negociações e convivência, e constituindo práticas culturais que marcam o cotidiano, a partir também de negociações, consensos e conflitos. Uma banda, uma escola, uma capela para os encontros da reza do terço, para acolher o padre na celebração da missa, a proximidade com o cemitério e, logo depois, o salão comunitário. Atividades manufactureiras, como moinho, ferraria e sapataria, ou mesmo comerciais, como casas de pasto e vendas de secos e molhados. Os pequenos negócios cresceram, transformaram-se e, com a chegada de outros imigrantes, mudaram o território.

No trabalho agrícola, e com a criação de animais, famílias inteiras cresceram e multiplicaram-se, e algumas ou parte delas novamente migraram entre o início da década de 1920 e 1930 para o Noroeste do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina. Trabalho, mas também fé e alegria expressas em músicas, festividades e encontros. Legados dos quais, representados pelas mãos de diferentes gerações e seus encontros, emergem os saberes, os conhecimentos e os modos de viver e significar a vida. Com a convivência e a experiência entre gerações, aprendemos e constituímos-nos em nossa humanidade, valorando a ancestralidade.



Monumento Nacional ao Imigrante em 1958, durante a visita dos presidentes do Brasil, Juscelino Kubitschek, e da Itália, Giovanni Gronchi. Autoria: Agência Nacional. Acervo: Arquivo Nacional.

AUTORES

* **Gelson Leonardo Rech** – Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). É docente no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Pós-Graduação em História da UCS, instituição na qual atua desde 2003. Concentra suas pesquisas em temas da Filosofia da Educação e da História da Educação, especialmente sobre os processos escolares entre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. É membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Reitor da UCS, a partir de maio de 2022.

** **Terciane Ângela Luchese** – Doutora em Educação pela Unisinos com estágio de Pós-Doutorado na Università Degli Studi di Macerata e na Università del Molise. Professora na UCS no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Pós-Graduação em História. Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). Pesquisadora PQ CNPq e Pesquisadora Gaúcha pela FAPERGS. Pró-reitora de Graduação da UCS, a partir de junho de 2023.

*** **Vânia Beatriz Merlotti Herédia** – Doutora em História pela *Università degli Studi di Genova* e Pós-Doutora em História Econômica pela *Università degli Studi di Padova* (2003) e Pós-Doutora em Antropologia pelo Museu Nacional (2013), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2013). Professora titular na Universidade de Caxias do Sul (UCS, 1977-2022). Membro do Instituto Histórico São Leopoldo e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, como colaboradora. Faz parte como sócia-correspondente da Academia Olímpica de Vicenza, Itália.

REFERÊNCIAS

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

CIAPPELLI, E. Lo stato di Rio Grande del Sud (Brasile, 1905). Bolletino Dell'Emigrazione. Ministero degli Affari Esteri. Commissariato dell'Emigrazione. In: HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti; ROMANATO, Giovanni (Orgs.). *Fontes diplomáticas: documentos da imigração italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 2016.

CONSTANTINO, Núncia Santoro. *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 1991.

DE BONI, Luís Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre; Caxias do Sul: EST; EDUCS, 1984.

GROSSELLI, Renzo M. *Vencer ou morrer: camponeses Trentinos (Vênetos e Lombardos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti (Org.). *Língua, cultura e valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre imigração italiana no sul do Brasil*. Porto Alegre: EST, 2003.

LORENZONI, Giulio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PESAVENTO, Sandra J. *RS: agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

SÁ, Mem de. Aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: BERTASO, H. D.; LIMA, M. de A. (Orgs.). *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.

STOLTZ, Roger. *Cartas de Imigrantes*. Porto Alegre: Est, 1997.

ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e imigração italiana: capuchinhos de Sabóia, um contributo para a igreja no Rio Grande do Sul (1895-1915)*. Porto Alegre: EST, 1975.